

51 Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole justificou sua ausência na reunião do Comitê
52 de Ética em Pesquisa e lamentou que a reunião da Comissão de Acompanhamento e
53 Fiscalização do Contrato de Gestão do Hospital Santa Catarina, na qual ela representa o CES,
54 esteja acontecendo no mesmo dia e horário da reunião do Conselho, impossibilitando sua
55 participação. Lembrou que foi proposto no Pleno do CES que essas reuniões fossem realizadas
56 nas terças-feiras que antecedem às reuniões do Conselho. A Conselheira Maria Izabel Giroto
57 relatou sua participação no IV Congresso Catarinense de Aleitamento Materno. Destacou a
58 qualidade dos debates e a importância do tema.

59 **ITEM I – POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE;**

60 O Secretário de Estado da Saúde, Helton de Souza Zeferino, explicou que, juntamente com a
61 equipe técnica da SES, se constatou que era necessária a construção de uma Política Pública
62 Hospitalar. Ressaltou que esse é um processo em construção, mas que há o entendimento que
63 dará um resultado significativo. Destacou, também, a participação do meio acadêmico para a
64 elaboração dos critérios para a definição dos portes dos hospitais. Informou, ainda, que está
65 trabalhando a possibilidade de conseguir R\$ 300.000.000,00 para 2020, mas os hospitais
66 receberão conforme o serviço que oferecerão à SES/SUS, de forma transparente, com
67 relatórios expostos na página da SES. Citou que é um grande passo a ser dado com uma
68 política consistente no que diz respeito à transparência a tratar todos de forma igualitária. O
69 Secretário apresentou a Política Hospitalar Catarinense. Após a apresentação, o Conselheiro
70 Gilberto Scussiato disse que desde outras gestões vêm se discutindo a contrapartida dos
71 hospitais que recebem recursos do Estado e os vazios assistenciais. Questionou se algum
72 hospital realizar melhoria em sua estrutura e melhorar os serviços, ele poderá mudar de porte.
73 O Secretário explicou que é de interesse do Estado que os hospitais cresçam em sua estrutura e
74 que é possível a alteração do porte, porém sempre com o aval do Estado. Segundo o
75 Conselheiro Altamiro Bittencourt é a primeira vez que o Estado apresenta um projeto
76 consistente e técnico. Disse que por estar em construção, ele é adequado a este momento,
77 porém tem que haver o segundo passo e, através de avaliações, ser aprimorado. A Conselheira
78 Cléia Aparecida Clemente Giosole parabenizou o Secretário e disse que o Estado estava
79 precisando de uma política hospitalar. Lamentou não estarem inseridos nessa Política os
80 hospitais próprios. Questionou como será feita a análise final dos serviços prestados. Em
81 relação aos hospitais municipais, a Conselheira citou o Hospital São José de Joinville, que
82 apesar de municipal atende outros municípios também. O Secretário Helton de Souza Zeferino
83 informou que os hospitais próprios fazem parte da Política, porém com custeio integral da
84 SES. Com relação ao Hospital São José de Joinville, hoje ele não recebe nada do Estado, mas
85 passará a receber a partir de 2020, dentro dos critérios estabelecidos na Política Hospitalar.
86 Referente à análise dos serviços, nesse primeiro momento, os dois principais focos serão
87 produtividade e qualidade. O Conselheiro Ronald Ferreira dos Santos também parabenizou o
88 Secretário pela a apresentação. Destacou a importância de a Secretaria estar chamando pra si a
89 responsabilidade da Política Hospitalar no Estado e o compromisso com os princípios do SUS.
90 Falou de dois pontos importantes para o desenvolvimento da Política, que são a questão da
91 força de trabalho e a participação da comunidade. Questionou de que forma a SES está
92 pensando esses pontos. O Secretário respondeu que, em relação ao trabalho, disse ser
93 fundamental e que a SES tem uma preocupação muito grande com isso. Informou que este
94 momento é de monitoramento e de expectativa com relação ao que será definido
95 nacionalmente. Referente à participação social, disse que neste momento tem a definição do
96 escopo do projeto, que começará sua efetivação em janeiro de 2020. Que nesse processo
97 alguns componentes precisam ser agregados e a participação da comunidade será fundamental
98 e acontecerá. O Conselheiro Luiz Antônio da Silva se mostrou preocupado com o que ele
99 chamou de desmontes das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs, que estão
100 nas unidades hospitalares. Falou do Hospital São Camilo de Imbituba, que ficou como porta de
101 maternidade. Segundo Luiz, esse Hospital tem um porte grande, porém, ainda segundo o
102 Conselheiro, o porte daquele Hospital é aquém das possibilidades de ofertas de serviços
103 daquela unidade. O Secretário explicou que dentro dos critérios da Política Hospitalar, alguns

104 hospitais não se enquadram em determinado porte. Porém, dentro dos parâmetros
105 estabelecidos, o porte pode ser alterado. A Conselheira Vânia Maria Machado se mostrou
106 satisfeita com a ampliação dos leitos de Saúde Mental, porém alertou para a necessidade do
107 aumento do número de profissionais na área. Sugeriu que se incluía um Núcleo de Vigilância
108 Hospitalar voltado para Saúde do Trabalhador. Finalizadas as falas, o Presidente Jorge Cobra
109 agradeceu ao Secretário Helton de Souza Zeferino por sua participação na Reunião do
110 Conselho. Por sua vez, o Secretário agradeceu a oportunidade de dialogar com o Conselho e se
111 colocou à disposição, juntamente com os técnicos da SES, sempre que o CES achar
112 necessário.

113 **ITEM II – PPA 2020-2023;**

114 A Gerente de Planejamento da SES, Dulce de Castro Quevedo, fez a apresentação do Plano
115 Plurianual 2020-2023, previamente encaminhado ao Conselho. Explicou que a Secretaria de
116 Estado da Saúde de Santa Catarina (SES-SC) é responsável pela formulação da Política
117 Estadual de Saúde e de suas diretrizes, norteada pelos princípios do SUS, que tem como
118 objetivos promover a Saúde priorizando, as ações preventivas, democratizando as informações
119 relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua Saúde. Ressaltou que o
120 Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 tem o objetivo de apresentar o planejamento
121 estratégico realizado por um grupo de trabalho (GT) composto por representantes do corpo
122 diretivo e gerencial das diversas áreas das SES, do Controle Social e do COSEMS, com intuito
123 de desenvolver ações, articuladas e integradas focando na responsabilidade individual de cada
124 um dos entes da instituição. Após a apresentação a Dulce Quevedo informou que as perguntas
125 enviadas pelo Conselho foram respondidas por e-mail e que já estão de posse dos
126 conselheiros/as. A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole questionou em relação à
127 dívida e, também, referente às políticas ofertadas para pacientes com demanda auditiva e lábio
128 leporino. Neste caso se referindo ao Centrinho de Joinville, que, segundo ela, atende aos
129 municípios do Estado como todo para labioleporino. Informou que esse assunto foi debatido
130 em audiência pública em Joinville. Sugeriu que o Conselho convide a equipe do Centrinho e
131 os técnicos responsáveis pelo convênio, para entender com de que forma os repasses acontece.
132 A Gerente Dulce Quevedo explicou que não existe subação específica. Que o recurso é
133 repassado dentro da PPI no MAC. Que o Centrinho de Joinville tem dois tipos de Serviços
134 ofertados, com equipes distintas. Disse que o atendimento do centrinho, que faz parte da Área
135 da Deficiência, é a habilitação em Saúde Auditiva Ambulatorial, serviço este que é referência
136 para 8 municípios, conforme habilitação do Ministério da Saúde. Informou que o recurso é
137 advindo do Ministério da Saúde e tem mais um incremento de 20% pelo Estado. Quanto ao
138 atendimento para lábio leporino, não compõe a rede de deficiência, portanto não fazendo parte
139 das ações dessa área e que o HIJG também atende este público. A Conselheira Cléia Aparecida
140 Clemente Giosole sugeriu que a equipe do Centrinho de Joinville venha ao Conselho
141 apresentar o trabalho que é realizado por eles. O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou
142 referente aos consórcios públicos. Disse que é uma questão já debatida há muito tempo e
143 questionou como isso poderia está incluído no planejamento, inclusive, em relação ao SAMU.
144 O Conselheiro ressaltou que com a reestruturação da Política de Urgência, haverá a
145 necessidade de aeronave e perguntou que tipo de aeronave será adquirida. A Gerente Dulce de
146 Castro Quevedo, em relação aos consórcios, disse que o Secretário solicitou que fosse
147 colocada no PPA uma subação com esse nome, mas que está em estudo para implementação.
148 Quanto à aeronave, foi colocado duas aquisições, uma de asa fixa e outra de rotatória. Além
149 disse, governo está fazendo um caderno de sugestões para emendas impositivas e nele,
150 também, está a compra de aeronaves. Após as falas, o Presidente agradeceu a presença dos
151 técnicos da SES. Ato contínuo verificou-se que não havia mais quórum para continuidade da

152 reunião e, portanto, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a Secretaria do CES/SC
153 lavrou a presente Ata.
154

Florianópolis, 04 de setembro de 2019.